



Juarez passou logo ao posto de capitão



Cordeiro foi a general-de-divisão em 46



Eduardo Gomes ficou na ativa até 1960



Dutra: presidente 40 anos após a revolta

Anistia que militares recusam reintegrou em 30 rebeldes do tenentismo

Juarez, Cordeiro e Eduardo Gomes, líderes de 64, se beneficiaram

Os chefes militares que hoje resistem à reintegração dos cassados chegaram a seus cargos como representantes, na transição da Nova República, de um regime que deita raízes na Revolução de 30, quando se deu completa anistia aos revoltosos da década de 20.

Sem aquela anistia o movimento de 64 seria inconcebível, pelo menos com todos os seus personagens. Homens como o marechal Cordeiro de Farias, os generais Juarez Távora e Odylio Denis e o brigadeiro Eduardo Gomes só puderam ser grandes líderes políticos dentro das fileiras militares porque foram anistiados e reintegrados em 1930, e chegaram ao generalato, onde permaneceram longamente.

E não tinham sido afastados do Exército por divergências teóricas. Os três pegaram em armas contra o regime da época. Eduardo Gomes foi um dos 18 do Forte — homens que manifestaram a bala, em 1922, sua oposição ao governo de Epitácio Pessoa. Juarez Távora foi subchefe do estado-maior da Coluna Prestes, que percorreu o país em luta contra o governo de Artur Bernardes, de 1924 a 1927. Cordeiro de Farias foi um dos oficiais do comando.

Efeito de 35 — A primeira anistia da História do Brasil a impor restrições à reintegração dos militares beneficiados às Forças Armadas foi a de 1945. Até então, os militares que se envolviam em rebeliões contra os governos sempre tiveram garantida a volta aos quartéis. A anistia de 1930 foi mais além: Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, não só reabilitou os tenentes seus aliados na Revolução de 30, como entregou-lhes uma parcela do poder, fazendo de muitos, como Juarez Távora, interventores nos estados e ministros.

Em 45, os três decretos de anistia condicionavam a volta dos anistiados às antigas funções a pareceres de comissões nomeadas pelo governo. Segundo o cientista político José Augusto Drummond, autor do livro *O Movimento Tenentista — a intervenção política dos jovens oficiais*, não há registro de militares que tenham conseguido aprovação dessas comissões para voltar aos quartéis. Na opinião de Drummond, a tradição de anistias amplas e irrestritas só foi quebrada na ocasião, porque envolvia os comunistas do movimento de 35 — a chamada Intentona.

Tomando como referência o comportamento dos militares reintegrados ao longo da história, Drummond não vê razão para a resistência das Forças Armadas à volta dos punidos agora, “porque eles têm sempre a tendência de retornar à ordem constituída”. A diferença é que, em 30, os anistiados estavam do lado da revolução vitoriosa.



Euclides Figueiredo: combatente em 1932

Dutra — O melhor exemplo, diz o cientista, é o grupo anistiado até 1934. A começar por Eurico Gaspar Dutra, cadete rebelde na campanha popular contra a vacina obrigatória da febre amarela em 1904, anistiado em 1905 e presidente da República 40 anos depois. O historiador Hélio Silva lembra que Arthur da Costa e Silva, já presidente da República, no final dos anos 60, fazia questão de ter reconhecida sua participação no levante da Vila Militar em 22.

O pai do ex-presidente João Figueiredo, general Euclides Figueiredo, que participou da Revolução Constitucionalista de 32, voltou às suas atividades por conta da anistia da Constituinte de 34. Boa parte dessa vanguarda revolucionária — constituída no início do século por oficiais de baixa patente marginalizados pelo comando militar — passou depois ao comando e, com algumas exceções, a conspirar contra governos civis, até se apossar de vez do poder em 1964.

Antes da anistia de 79, duas outras beneficiaram sem restrições militares envolvidos em tentativas de golpe ou de mero desafio à autoridade do presidente. Em 56, logo após a posse de Juscelino Kubitschek, oficiais da Aeronáutica iniciaram uma frustrada rebelião militar em Jacareacanga, no Pará, e foram anistiados e reintegrados de imediato por Juscelino. No mesmo governo, em 59, oficiais da Aeronáutica voltaram a tentar uma rebelião, desta vez em Aragarças, em Goiás, foram presos, exilados e, dois anos depois, anistiados sem restrições.



Odylio Denis chegou a ministro da Guerra



Costa e Silva: orgulho do levante de 22

A guerra de “rabanetes” e “picolés”

A reintegração dos tenentes depois da Revolução de 30 não foi simples. Ao contrário: acabou gerando, com a criação de um “quadro paralelo”, conflito que provocou a demissão do primeiro-ministro da Guerra de Vargas, general José Fernandes Leite de Castro, e envenenou as relações dentro do Exército durante décadas.

Segundo José Augusto Drummond, os revolucionários mais conhecidos, como Juarez e Cordeiro de Farias, já eram oficiais antes de 30. Foram reintegrados, tiveram as anotações de suas punições canceladas, o tempo de serviço contado desde quando tinham sido afastados, e promovidos. Não precisaram do quadro paralelo.

O problema surgiu com a reintegração dos que ainda não eram oficiais, mas cadetes da Escola Militar de Realengo. Por exemplo, André Trifino Corrêa, que morreria como capitão, depois de ter sido companheiro de Prestes. Ou Paulo Torres, que chegou a marechal e foi governador do Estado do Rio de Janeiro em 1964 a 1966.

Readaptação — Drummond explica que eles não tinham completado o curso de formação de oficiais — vários tinham se rebelado semanas após o início do curso — e foram encaminhados, em 1931, a um curso de readaptação na Escola de Realengo. Quando chegou a hora de reintegrar a primeira leva, em maio de 1932, criou-se o constrangimento: já entraram como primeiros-tenentes (pularam a patente de segundo-tenente, que é dada logo após a conclusão da Escola Militar) e seu tempo de serviço foi contado, em alguns casos, desde 1922.

Os outros oficiais se julgaram *caroneados*, como se diz no jargão militar. O problema é que os reintegrados não eram

um pequeno grupo de oficiais, mas cerca de 500 — nada menos que um quinto de todo o quadro de oficiais do Exército, na época.

O ministro Leite de Castro, criticado publicamente por oficiais de baixa patente, demitiu-se. Foi necessária a intermediação do general Góis Monteiro, que tinha sido o chefe militar da revolução. Góis criou o quadro paralelo. A polêmica durou várias semanas.

Meio a meio — Os tenentes beneficiados pelas promoções foram apelidados, pelos que se sentiram prejudicados, de *picolés*, porque alguns deles haviam participado de movimentos em 1922 e ficado “frios” ao longo de todo o resto da década. Seus opositores ficaram conhecidos como *rabanetes*, porque nesse grupo havia os que só tinham entrado na Revolução de 30 quando ela se anunciava vitoriosa. Nunca tinham corrido riscos ou sido punidos. Eram “vermelhos por fora e brancos por dentro”.

Entre os oficiais *caroneados* estavam Agildo Barata, que depois foi líder comunista, Jurandir Bizarria Mamede, que chegou a general e foi um dos conspiradores de 64, e Juracy Magalhães, que governou a Bahia em duas ocasiões e também chegou a general.

O mecanismo criado para atenuar os conflitos foi dividir meio a meio as vagas para promoção que surgiam: a primeira metade era reservada para o pessoal do quadro regular, a segunda para os do quadro paralelo. Desse modo, os mais antigos sempre tinham prioridade na promoção. Ainda assim, o conflito, motivado por interesses muito concretos em torno das oportunidades de promoção, perdurou por décadas, conta José Augusto Drummond. Os antigos *rabanetes* e *picolés* nunca se entenderam direito dentro das fileiras do Exército.

Jobim conta como foi mudado artigo que irritou Exército

BRASÍLIA — “Muito simples. É só mudar essa palavra no texto”, disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que logo depois estendeu ao relator do projeto da Constituição, Bernardo Cabral (PMDB-Am), um pedaço de papel escrito a mão. Era o texto que pouco depois seria usado para lançar os militares contra a Constituinte. As cinco linhas do rascunho simplesmente revolucionavam o atual papel das Forças Armadas.

Sentindo a confusão, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, fez uma careta para Jobim: “Acho que esse assunto não deve ser mexido agora”, disse. Eram onze e meia da manhã de quarta-feira e estavam todos sentados ao redor de uma mesa do Prodasen, dando os últimos retoques no projeto de Constituição. Cabral, diante de um monte de papel, tinha a seu lado um coro de opositores de esquerda que, comandados pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, queixavam-se. “Com esse texto do jeito que está você vai acabar entregando a tutela da nação aos militares”, argumentava Brandão Monteiro.

Foi aí que entrou Jobim: “Dessa vez eu não vou ceder”, pensou o

deputado, olhando para Fernando Henrique, que não parava de fazer sinais, segundo relator do próprio Jobim, no dia seguinte. Cabral, amigo pessoal do ministro do Exército, Leônidas Pires, parecia tranquilo. “Tome, esse é o texto da Comissão Arinos” insistiu Jobim. “Tá ótimo. Tudo bem, vamos trocar”, respondeu Cabral.

Confusão — No minuto seguinte, o rascunho era entregue a um assessor do Senado, que, depois de uma rápida revisão, levou-o direto para o computador. No dia seguinte, a confusão estava armada. O texto sugerido pelo PDT e redigido por Jobim, acrescentava a frase “por iniciativa expressa dos poderes constitucionais”. Foi a medida exata para restringir o poder da ação dos militares: com essa frase, as Forças Armadas só podem intervir quando houver solicitação dos poderes constitucionais. No texto anterior, isso não estava especificado.

A reação dos militares foi imediata, e em cadeia. Começou na reunião ministerial do Palácio do Planalto, na quinta-feira de manhã, e se alastrou através dos recados que chegaram à tarde no Congresso. Bernardo Cabral pegou um avião

para o Espírito Santo, escapando do bombardeio graças a uma palestra sobre a Constituinte que havia marcado antes.

Nos corredores da Câmara e Senado, as lideranças da Constituinte tentavam adivinhar o que, de fato, representou a atitude de Cabral: uma grande jogada com os militares, já que é tão amigo do general Leônidas, ou “uma grande imbecilidade”, segundo o senador José Richa. Não se chegou a um consenso. Mas uma coisa ficou certa: Cabral tinha um acordo com os militares, e mudou na última hora, sem consultá-los.

O artigo — O artigo que provocou a crise é o seguinte: “Artigo 192 — As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema no presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria; à garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional.”

O texto anterior dizia: “Destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes legalmente constituídos, da lei e da ordem.”